

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 12 de março de 2021 às 07h32
Seleção de Notícias

Folha de S.Paulo | BR

Direitos Autorais

| | |
|-----------------------------|----------|
| Mônica Bergamo | 3 |
|-----------------------------|----------|

MÔNICA BERGAMO | MÔNICA BERGAMO

Diário de Cuiabá Online | MT

Direitos Autorais

| | |
|--|----------|
| Brasil é único país em desenvolvimento contra ação na OMC para difundir vacinas | 5 |
|--|----------|

BRASIL | ANA ESTELA DE SOUSA PINTO

Blog Fausto Macedo - Estadão.com | BR

11 de março de 2021 | Marco regulatório | INPI

| | |
|---|----------|
| A disputa sobre extensão de patentes no Brasil | 7 |
|---|----------|

WELBER BARRAL

IT Forum | SP

11 de março de 2021 | Pirataria

| | |
|--|----------|
| ABES remove mais de 79 mil conteúdos piratas da web em 2020 | 9 |
|--|----------|

Lauro Jardim - O Globo Online | BR

11 de março de 2021 | Direitos Autorais

| | |
|---|-----------|
| Distribuição de direitos autorais de música cai 16% no primeiro bimestre | 10 |
|---|-----------|

Lu Lacerda - Blog iG | RJ

11 de março de 2021 | Direitos Autorais

| | |
|--|-----------|
| O Ecad e a pandemia: queda de 16% na arrecadação de direitos autorais | 11 |
|--|-----------|

BLOG | REDAÇÃO

Mônica Bergamo

MÔNICA BERGAMO

Mônica Bergamo

AFASTA O CÁLICE

Jair Bolsonaro quer distância do julgamento da suspeição de Sérgio Moro no STF (Supremo Tribunal Federal). O presidente acredita que o ex-juiz já está fora do circuito eleitoral. E que qualquer movimento por parte do Palácio do Planalto serviria apenas para dar a ele pretexto para posar de vítima de uma perseguição.

Castigo

O distanciamento do presidente frustrou os que imaginavam que ele poderia influir no voto do ministro Kassio Nunes, do STF - que pode selar o destino de Moro.

Radar

Bolsonaro chegou a se interessar pelo assunto quando a declaração de suspeição de Moro poderia restituir os direitos políticos de Lula. Como isso ocorreu antes do veredicto sobre o ex-juiz, no momento em que o ministro Edson Fachin anulou as condenações do petista, o assunto saiu de seu radar.

Das cinzas

O presidente acredita que o ex-magistrado, hoje carimbado como traidor pelo bolsonarismo, detestado pela esquerda e sem trânsito na política, pode dar a volta por cima caso pareça que está sofrendo uma caçada por parte do STF, do governo federal e de parlamentares - num clima de todos contra apenas um.

De longe

O presidente, segundo interlocutores dele, não quer "dar escada" para Moro aparecendo como a pessoa que ajudou a puni-lo.

Não, obrigado

O ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Bruno Dantas cancelou participação em um debate sobre segurança jurídica promovido pelo Gri Club, que reúne investidores em infraestrutura. A presença dele já estava até anunciada - até que foi divulgado que a Alvares & Marsal, a administradora judicial da Odebrecht que recém-contratou Sérgio Moro, patrocinava o evento.

Dois lados

Dantas é o relator de processo no TCU que investiga possível conflito de interesse na contratação, já que Moro esteve à frente dos processos de investigação contra a empreiteira.

Lupa

A empresária Luiza Trajano vai integrar o conselho consultivo da Ouvidoria da Polícia de SP - que recebe denúncias contra atos arbitrários, desonestos e indecorosos de policiais.

Lupa 2

O novo conselho será integrado também pelos ex-ministros Aldo Rebelo e José Eduardo Martins Cardozo, entre outras personalidades.

Em chamás

A deputada federal Joice Hasselmann mandou incinerar o macacão preto que um dia emprestou para a também deputada Carla Zambelli.

Cafona

No mês passado, Joice afirmou no Twitter que Carla pegava roupas dela emprestadas (antes de brigarem) e não devolvia. "São as únicas elegantes que ela usa",

Continuação: Mônica Bergamo

afirmou. "Já as cafonas são dela mesmo".

Sacola

Zambelli colocou o macacão numa sacola e deixou na porta do gabinete de Joice. "Mande botar no fogo", diz a parlamentar.

Companheiros

O Comitê Lula Livre lança na segunda (15) o documentário "Submundo - A Conspiração da Lava Jato contra Lula". "O filme mostra as distorções e as farsas que procuradores da Lava Jato e o ex-juiz Sérgio Moro produziram com o objetivo de ludibriar a opinião pública e destruir a reputação e a biografia do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva", afirma a entidade.

Na tela

A produção de 26 minutos é apresentada pelo rapper Thaíde e pela atriz Raquel Ferreira e será transmitida às 19h pelo site da instituição e canais parceiros nas redes sociais.

Vamos conversar

A Secretaria da Cultura do governo federal quer mudar os critérios para arrecadação e distribuição de **direitos** autorais. Um grupo de trabalho para tratar do

assunto foi criado pela subpasta de **Direitos** Autorais e Propriedade Intelectual. O comitê deve contar com representantes da pasta, do Ministério da Justiça e de entidades.

Megafone

O Sindicato dos Músicos Profissionais no Estado de SP lançou a campanha "SOS Músicos SP", de arrecadação de cestas básicas para músicos que foram afetados pela crise gerada por causa da epidemia da Covid-19.

SOS

"Nós, profissionais da música, nos encontramos há um ano sem poder trabalhar. Precisamos de ajuda" diz Adelmo Ribeiro, presidente do sindicato.

com Bruno B. Soraggi, Bianka Vieira e Victoria Azevedo

Quarentena

A atriz Drew Barrymore postou imagem em que ela usa uma proteção de rosto com logo da marca Dolce & Gabbana. A atriz Suzana Alves compartilhou selfie. O ator Ricardo Tozzi divulgou foto na academia de ginástica

Brasil é único país em desenvolvimento contra ação na OMC para difundir vacinas

BRASIL

O Brasil foi o único país em desenvolvimento a se opor à proposta de abrir mão de direitos de propriedade intelectual para acelerar a produção e expandir o acesso a vacinas e tratamentos para Covid-19, em reunião na OMC (Organização Mundial do Comércio) na última quarta (10).

A proposta foi apresentada no ano passado por Índia e África do Sul, é copatrocinada por outros 57 membros da entidade e tem o apoio de ao menos outros 50 países.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) também defende a ideia, sob o argumento de que ela permite a produção em nações menos desenvolvidas, das quais cerca de cem não receberam até agora nem uma dose de imunizante.

Até esta quarta, já haviam sido administradas no mundo 319,6 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19, mas 212,8 milhões (65%) foram aplicadas nos EUA, China, União Europeia e Reino Unido. Os governos americanos e britânicos já administraram cerca de 30 vacinas por 100 habitantes, enquanto a maioria dos países mais pobres não chegou a 1 dose/100 habitantes.

A OMS tem criticado o chamado "nacionalismo da vacina", em que países mais ricos compraram mais doses que as necessárias para toda a sua população enquanto a maior parte do mundo não tem imunizantes. Segundo a organização, a vacinação global é a única forma de conter de forma segura a transmissão do Sars-Cov-2.

Pela proposta endossada pela maioria dos países, haveria isenção de obrigações do Trips relacionadas a **direitos** autorais, desenhos industriais, patentes e proteção de informações não divulgadas.

A suspensão duraria um período predeterminado até que a vacinação em massa estivesse em vigor em todo o mundo e a maioria da população mundial estivesse imune. Os membros revisariam a isenção anualmente até a rescisão.

Na reunião desta quarta (10), que terminou sem decisão, o Brasil afirmou que o acordo que já regula propriedade intelectual, chamado Trips, já fornece ferramentas e políticas para ações de saúde pública por parte dos Estados membros.

Segundo a posição defendida pelo atual governo brasileiro, flexibilidades do acordo, com medidas como licenças compulsórias, podem ser usadas se preciso para acelerar a produção de vacinas e medicamentos.

No passado, o Brasil chegou a adotar a quebra de patente para permitir o uso de um medicamento para tratar doentes de Aids, o Efavirenz, do laboratório americano Merck Sharp&Dohme. Para baratear o remédio, o país optou por genéricos fabricados na Índia, em 2007.

A ameaça de quebra de patente já havia rendido descontos em antirretrovirais (que inibem a multiplicação do HIV) em 2001 e 2003.

Nesta quarta, o governo brasileiro -que em média administrou 5,3 doses por 100 habitantes- ficou ao lado de grandes fabricantes de medicamentos, como a Suíça (11 doses/100), os Estados Unidos (28/100), o Reino Unido (35/100).

O argumento desses países é que apenas o sistema de proteção intelectual vigente fornece os incentivos necessários para os desenvolvedores e fabricantes de vacinas.

A União Europeia, também produtora e exportadora

Continuação: Brasil é único país em desenvolvimento contra ação na OMC para difundir vacinas

de imunizantes e medicamentos, defendeu que o acesso equitativo às vacinas seja feito por meio do consórcio Covax, que planeja entregar 1,3 bilhão de doses a 92 países de baixa renda.

O Covax, porém, assim como a própria UE, foi afetado neste trimestre pela falta de capacidade de produção que tem feito fabricantes de vacina cortarem suas remessas. Além disso, a OMS argumenta um dos efeitos positivos de licenciar as vacinas e tratamentos contra a Covid-19 é justamente permitir que os países pobres dependam menos de doações.

Ao defender sua proposta, a África do Sul afirmou

que, se as licenças compulsórias fossem uma solução, elas já teriam sido postas em prática.

A OMS também considerou necessária uma solução mais ampla negociada na OMC, porque o licenciamento voluntário, segundo a entidade, é limitado, nem sempre transparente e insuficiente para atender às necessidades da atual pandemia.

O assunto deve voltar a ser debatido em abril.

ANA ESTELA DE SOUSA PINTO Da Folhapress -
Bruxelas

A disputa sobre extensão de patentes no Brasil



O STF deve decidir em breve matéria crucial para a saúde pública e para o desenvolvimento econômico nacional: a constitucionalidade da extensão do prazo de vigência das patentes, em debate na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.529, sob relatoria do Ministro Dias Toffoli. Diante de algumas análises distorcidas sobre o tema, é necessário esclarecer aspectos jurídicos e econômicos da questão.

Leia Também Em primeiro lugar, o caso não trata de "quebra" de patentes. A Lei de **Propriedade Industrial** (Lei nº 9.279/96) estabelece a vigência das patentes em vinte anos a partir do depósito do requerimento, com proteção retroativa garantida. Nada disso é contestado na ação. O que a ADI discute é tão somente o parágrafo único do art. 40 da lei, que prevê a extensão da patente em caso de demora na sua concessão pelo **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**. Esse mecanismo, que deveria ser excepcional, tornou-se a regra: a maior parte dos pedidos demora longos anos para ser analisado, seja pela ineficiência burocrática, seja pela utilização de subterfúgios jurídicos e administrativos pelos solicitantes de patentes. Assim, ocorre no Brasil uma inversão de interesses: aqueles que deveriam desejar a pronta expedição da patente tornam-se os maiores beneficiados pela demora na sua concessão.

Em segundo lugar, deve-se notar que a extensão das patentes traz enormes custos à sociedade, principalmente ao SUS. Patente é um direito de exploração monopolista que permite a seu proprietário

definir unilateralmente o preço do produto. Na indústria farmacêutica, o Brasil se tornou uma ilha de preços elevados de medicamentos patenteados em um oceano de países em que esses mesmos medicamentos já estão em domínio público e são vendidos como genéricos a preços reduzidos. Segundo estudo da UFRJ, somente para 9 remédios comprados pelo SUS, a extensão das patentes teve custo de mais de R\$ 4 bilhões nos últimos anos. A crise sanitária e fiscal acarretada pela pandemia torna urgente a paralisação dessa distorção. O exemplo é de um anticoagulante (rivoroxabana), recomendado pela OMS para o tratamento da Covid-19, que se encontra com patente estendida, porém já em domínio público em países como Índia e China. Há ainda medicamentos com patentes estendidas destinados ao combate de diabetes, câncer e HIV. São doenças que agravam os sintomas da Covid-19, aumentando o risco de letalidade dos infectados.

Tampouco o Brasil se isolará internacionalmente ao limitar a extensão das patentes; ao contrário, se aproximará das melhores práticas internacionais. O padrão mundial de vigência de patentes, encontrado no Acordo TRIPS, é de vinte anos. Do ponto de vista jurídico, o que torna o Brasil excêntrico é a extensão desmedida de patentes, que não encontra paralelo em outros países nem fundamento em acordos assinados pelo Brasil. Sequer os países desenvolvidos - de onde provêm a maioria das patentes - concedem extensão por tempo indeterminado, e sem qualquer provocação do interessado, para compensar atrasos na concessão das patentes.

Ainda: a extensão patentária tornou-se mecanismo de rentismo, não de fomento à inovação. Conforme o **INPI**, cerca de 80% dos depositantes de patentes são estrangeiros, empresas globais que desenvolvem produtos em suas matrizes. A extensão das patentes no Brasil em nada influi nas decisões de pesquisa e desenvolvimento local, que se pautam por um universo muito mais amplo de mercados. Uma vez desenvolvidos os produtos, essas empresas valem-se

Continuação: A disputa sobre extensão de patentes no Brasil

do monopólio patentário para gerarem receitas e distribuírem lucros. O Brasil oferece prazo estendido que não gera qualquer pesquisa, mas somente privilégios para empresas que buscam estender indefinidamente seus monopólios. O parágrafo único não favorece o desenvolvimento nacional.

Do ponto de vista das relações internacionais, trata-se de mecanismo de solidariedade às avessas, no

qual o país mais pobre transfere voluntariamente, e sem contrapartida, recursos a países mais ricos. No próximo dia 07 de abril, o Supremo Tribunal Federal terá a oportunidade de acabar com esse contrassenso.

*Welber Barral, doutor em Direito Internacional (USP)

ABES remove mais de 79 mil conteúdos piratas da web em 2020



A Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES) anunciou nesta quinta (11) que apenas em 2020 removeu da web 79.177 anúncios, links e sites para softwares piratas, definidos como "conteúdos que davam acesso a arquivos que violam o **Direito** Autoral e a Propriedade Intelectual dos associados da entidade". A ação acontece desde 2005 e é realizada por meio de um grupo de monitoramento da associação.

Desde o início do trabalho, a associação conseguiu derrubar 775 mil conteúdos ilegais.

O balanço deste ano aponta uma redução de aproximadamente 10% em relação ao mesmo período de 2019. A associação atribui o resultado a um programa de proteção chamado PPPI, fundado há 18 anos pelo Mercado Livre e cujo maior objetivo é reduzir a oferta de anúncios ilegais contendo software no site.

Leia mais: [Parceria entre FDC e ABES quer mapear setor de software brasileiro](#)

Até dezembro de 2020, a ABES contabilizou 56.928

links removidos por violarem direitos de propriedade. Foram retirados do ar 19.004 anúncios que promoviam **produtos** piratas. A entidade foi responsável por derrubar 110 websites que ofereciam downloads ilegais de software.

A associação faz o monitoramento da **internet** e notifica diretamente os próprios portais de e-commerce e provedores de acesso. Empresas associadas à ABES podem contar com o serviço de monitoramento gratuitamente encaminhando eventuais conteúdos ilegais para o Setor de Monitoramento de **Internet** da entidade.

ABES conteúdo ilegal monitoramento software pirata

Distribuição de direitos autorais de música cai 16% no primeiro bimestre

A distribuição de **direitos** autorais pelo Ecad caiu 16% no primeiro bimestre de 2021 na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados inéditos da instituição.

A queda é causada pela pandemia fora de controle. Sem a volta de shows e eventos e com muitos estabelecimentos fechado total ou parcialmente, o ren-

dimento de artistas sofreu mais esse impacto.

Foram distribuídos R\$ 165 milhões para 147 mil autores, músicos, intérpretes, editoras e produtores fonográficos e associações de música. Nos dois primeiros meses de 2020, a distribuição foi de R\$ 198 milhões.

O Ecad e a pandemia: queda de 16% na arrecadação de direitos autorais

BLOG

A arrecadação para autores, músicos, intérpretes, editoras e produtores fonográficos caiu 16% no primeiro bimestre deste ano comparado ao ano passado, segundo o Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição). Com isso, o total distribuído foi de R\$ 165 milhões para 147 mil artistas, contra os R\$ 198 milhões, quando a pandemia ainda não estava a toda.

Este ano, ainda com a covid (oremos!), o Ecad acredita que a arrecadação e a distribuição de **direitos** autorais vão continuar no negativo. "A suspensão de

eventos e o fechamento dos estabelecimentos afetam muito o repasse feito aos compositores e artistas mensalmente. Se a vacinação acontecer, é possível que haja um crescimento em comparação ao ano passado. Em 2020, tivemos um bom primeiro trimestre com rendimentos das festas de fim de ano e carnaval, o que não aconteceu este ano", disse **Isabel** Amorim, a superintendente executiva do Ecad. No total, em 2020 foram distribuídos R\$ 947,9 milhões para mais de 263 mil titulares de música.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 5, 9, 10, 11

Marco regulatório | INPI
7

Propriedade Industrial
7

Pirataria
9